



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

HELENA MARIA SARAIVA

**OS INTERESSES POLÍTICOS EXISTENTES NA DISCIPLINA DE LÍNGUA
PORTUGUESA NOS PCN PARA O ENSINO MÉDIO: LIMITES E CONTRADIÇÕES**

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2012

HELENA MARIA SARAIVA

**OS INTERESSES POLÍTICOS EXISTENTES NA DISCIPLINA DE LÍNGUA
PORTUGUESA NOS PCN PARA O ENSINO MÉDIO: LIMITES E CONTRADIÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades – CCHA/CAMPUS IV da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Jairo Bezerra Silva

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2012

S243i Saraiva, Helena Maria.

Os interesses políticos existentes na disciplina de Língua Portuguesa nos PCN para o Ensino Médio: limites e contradições / Helena Maria Saraiva. – Catolé do Rocha, PB, 2012.

51 f.

Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

Orientação: Prof. Dr. Jairo Bezerra Silva, Departamento de Letras e Humanidades.

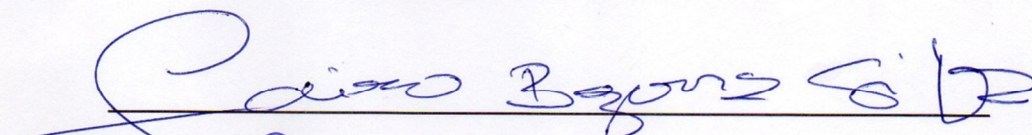
1. Educação. 2. Língua Portuguesa. 3. Interesses capitalistas. I. Título.

21. ed. CDD 469

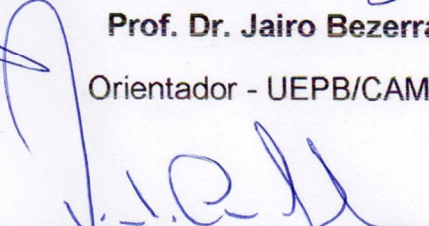
HELENA MARIA SARAIVA

**OS INTERESSES POLÍTICOS EXISTENTES NA DISCIPLINA DE LÍNGUA
PORTUGUESA NOS PCN PARA O ENSINO MÉDIO: LIMITES E CONTRADIÇÕES**

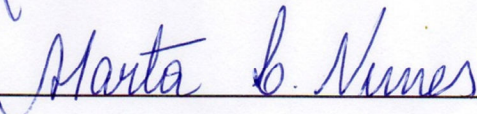
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jairo Bezerra Silva
Orientador - UEPB/CAMPUS IV



Prof. M.Sc. Rômulo César Araújo Lima
Examinador - UEPB /CAMPUS IV



Profa. M.Sc. Marta Lúcio Nunes
Examinadora - UEPB /CAMPUS IV

APROVADO EM: 27 de Novembro de 2012

Catolé do Rocha-PB

2012

Dedico este trabalho à minha família, ao João Andrade, ao Luciano Dutra, à Maria Gomes, à Maria de Lourdes, que tanto me apoiaram e acreditaram em meus sonhos e ao Pe. Cícero Gomes, que sempre me deu muita força e coragem nos momentos mais difíceis e também por ter sido a primeira pessoa que me falou sobre o meu objeto de estudo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me criou, por me amar de forma incondicional e por sempre demonstrar sua presença em minha vida.

À Nossa Senhora das Graças, pelo seu amor maternal e por sua intercessão.

Aos meus pais e demais familiares, por todo amor e apoio que me deram em toda a minha vida.

Ao João Andrade, ao Rodolfo Mário, à Leocy Saraiva, à Margareth e à Solange Saraiva, que acreditam em meus sonhos, que sempre me ajudaram com palavras e atitudes, além de me darem muita força durante este curso.

A todos os meus amigos que nunca desistiram de mim, em especial, Pe. Cícero Gomes, esse anjo que nunca me deixou sozinha nos momentos difíceis e também por ter sido a primeira pessoa que me esclareceu sobre os interesses políticos na educação.

À Maria Gomes, a Bruno Gomes, à Maria de Lourdes e a Francisco Nascimento por todo apoio e acolhida que recebi durante o meu curso.

Ao professor Jairo Bezerra, que me orientou durante todo o tempo para a elaboração desta monografia, pela atenção e dedicação.

Aos professores Luciano Dutra, Marcos Antônio, Alderi Lima, como também ao maestro Gedeão Faustino e à Lydiane Fonseca por terem me ajudado com suas opiniões na elaboração deste trabalho.

Aos meus professores, com os quais, durante estes quatro anos tive a oportunidade de adquirir muitos conhecimentos.

Aos meus colegas, pelos momentos de companhia e alegria que me proporcionaram.

Agradeço a todos que rezaram por mim, para que eu pudesse ser vitoriosa e que me incentivaram para eu não desistir dos meus sonhos.

*“A educação só passará a ser verdadeiramente a serviço de todos
quando não existirem nela interesses de elites”.*

Helena Maria Saraiva

SARAIVA, Helena Maria. **Os interesses políticos existentes na disciplina de Língua Portuguesa nos PCN para o Ensino Médio: limites e contradições.** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Letras – UEPB. Catolé do Rocha- PB, 2012.

RESUMO

A educação escolar básica, em particular o Ensino Médio, está sendo, nas mãos dos organismos internacionais, um meio de controlar todos os indivíduos, fazendo-os sujeitos polidos de acordo com os interesses mercantilistas. A Língua Portuguesa vem ganhando espaço no mercado de trabalho como meio de habilitar as pessoas para terem uma boa comunicação, com a finalidade de serem profissionais qualificados para o sistema produtivo. Este trabalho objetiva fazer uma análise crítica dos interesses existentes na educação escolar básica, em particular no ensino de Língua Portuguesa nos PCN do Ensino Médio. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de campo com a finalidade de conhecer o posicionamento de diferentes autores e de que forma a educação escolar está sendo usada pelos organismos internacionais, como também de que forma as propostas dos PCNEM estão sendo aplicadas em sala de aula.

Palavras-chave: Interesses capitalistas. Educação. PCNEM. Língua Portuguesa.

SARAIVA, Helena Maria. **The existing political interests in the discipline of Portuguese Language in PCN for high school: limits and contradictions.** Work Completion of Undergraduate Literature – UEPB. Catolé do Rocha- PB, 2012.

ABSTRACT

The basic school education, particularly secondary education, is being in the hands of international organizations, a means of controlling all individuals, making them subject polished according to mercantilist interests. The Portuguese language is gaining momentum in the labor market as a means to enable people to have good communication with the purpose of being qualified for the productive system. This work aims to make a critical analysis of existing interests in basic education, particularly in the teaching of Portuguese in the NCP High School. For this, a bibliographical and field research with the purpose of knowing the positioning of different authors and how school education is being used by international organizations, as well as how the proposals of PCNEM was performed are being applied at room class.

Keywords: Interests capitalist. Education. PCNEM. Portuguese Language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. HISTÓRICO DOS PCN: DA ORIGEM À IMPLEMENTAÇÃO.....	12
2. OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO E OS INTERESSES NEOLIBERAIS	16
3. OS INTERESSES CAPITALISTAS NAS MUDANÇAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO BÁSICA	22
4. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA LINGUAGEM ORAL E ESCRITA PARA O MERCADO DE TRABALHO	28
5. O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DESTA DISCIPLINA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	33
6. OBSERVAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DAS PROPOSTAS DOS PCNEM NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
ANEXOS	
ANEXO A – PROVA DO ENEM 2012: Língua Portuguesa	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende fazer uma análise crítica de como a educação escolar, em especial, o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio, está sendo utilizada como um meio de atender aos interesses capitalistas dos organismos internacionais, como o FMI, o Banco Mundial, a UNESCO e outros; e como estes órgãos vêm reajustando as políticas educacionais para conseguirem corresponder aos paradigmas do mercado de trabalho e suas exigências.

Procuraremos discutir sobre as reformas do ensino educacional, a elaboração dos documentos, em particular os Parâmetros Curriculares Nacionais, para atenderem aos apelos exigentes dos órgãos internacionais e como esses documentos estão sendo trabalhados em sala de aula no ensino de Língua Portuguesa.

O nosso contato com o objeto de estudo ocorreu ao estudarmos na disciplina de Sociologia da Educação, ministrada na época pela professora Melânia Farias, sobre as ambições capitalistas existentes na educação. A partir de então, passamos a ter paixão pelo assunto e aprofundarmos mais sobre o tema.

Como trabalho acadêmico, iremos apresentar as ideias de alguns teóricos que discutem a respeito dos interesses neoliberais na educação escolar, indicando o ponto de vista dos mesmos, como também a posição que os PCN¹ tomam diante dos interesses capitalistas na educação.

Atualmente, muitas exigências são impostas à educação básica, tanto pelo MEC quanto pelos órgãos internacionais, em particular ao Ensino Médio, com a finalidade de fazer com que o aluno seja um futuro profissional competente e disposto a inovar seus conhecimentos. Por isso que os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio citam “competências e habilidades” como os principais objetivos, dentre outros, para serem trabalhados em sala de aula.

Nessa perspectiva, esse documento afirma que

[...] As novas tecnologias e as mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos exigem que a escola possibilite aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho. (BRASIL, 2002, p. 13).

¹ Alguns teóricos usam o termo PCN e outros preferem utilizar PCNs, ao se referirem ao documento oficial: Parâmetros Curriculares Nacionais.

Considerando as transformações ocorridas na sociedade, devemos estar conscientes de que essas mudanças são julgadas como importantes para os órgãos internacionais, para que as pessoas se adaptem à sociedade contemporânea e consigam responder aos apelos exigentes do mercado de trabalho.

Diante da sociedade do conhecimento, a educação escolar assume um papel sem par, pois esta tem como função preparar os alunos de acordo com os paradigmas do mercado, priorizando desenvolver nesses discentes as habilidades cognitivas, assim como as competências exigidas para que estes sejam futuros profissionais qualificados e flexíveis às contínuas mudanças na sociedade.

Refletindo às afirmações, partimos do pressuposto de que as ações dos PCN estão relacionadas com as atividades do Banco Mundial, FMI, UNESCO e os demais organismos internacionais, considerados como agências internacionais, que estimulam a elaboração de cardápios educacionais para os chamados países periféricos, neste caso específico, os PCN e a ideologia neoliberal que os perpassa.

Diante das transformações que vêm ocorrendo na educação escolar, este estudo objetiva analisar criticamente os reais interesses capitalistas existentes na educação escolar, em especial, na disciplina de Língua Portuguesa nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e como as propostas desse documento estão sendo aplicadas em sala de aula. Como também as políticas educacionais são pensadas pelos órgãos internacionais para atenderem aos seus próprios interesses.

Prenderemos nossa atenção neste trabalho nos interesses políticos, de certo modo, existentes e ocultados na disciplina de Língua Portuguesa nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no qual mostraremos quais as exigências ditadas pelos organismos internacionais para esta área de ensino e as transformações ocorridas nos últimos anos na educação escolar básica e o porquê que essas mudanças são consideradas relevantes para a sociedade do conhecimento.

Para realizarmos o nosso estudo, utilizamos o método qualitativo, buscando fazer um levantamento de dados nos documentos PCN, PCN+, Orientações Curriculares para o Ensino Médio, Referenciais Curriculares para o Ensino Médio e em livros e artigos de diferentes autores, como Libâneo; Oliveira e Toschi, Zanlorense e Lima, Duarte e outros teóricos; e também realizamos pesquisa de

campo, para analisarmos de que forma as propostas contidas nos PCNEM² estão sendo utilizadas em sala de aula, especificamente nas turmas de 1º e 3º anos do Ensino Médio da Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio Olívia Saraiva Maia da cidade de São José do Brejo do Cruz - PB.

A presente monografia está estruturada em seis capítulos, sendo eles: **1 Histórico dos PCN: da origem à implementação; 2 Os quatro pilares do conhecimento e os interesses neoliberais; 3 Os interesses capitalistas nas mudanças curriculares na educação básica; 4 A importância da leitura e da linguagem oral e escrita para o mercado de trabalho; 5 O ensino de Língua Portuguesa e a formação do professor desta disciplina na sociedade do conhecimento; e 6 Observações sobre a prática das propostas dos PCNEM nas aulas de Língua Portuguesa.**

No primeiro capítulo, expomos a história dos PCN e os interesses capitalistas na elaboração do documento em questão.

Sobre os pilares do conhecimento, capítulo dois, discutimos a respeito das propostas que o Relatório da UNESCO apresenta à educação.

No terceiro capítulo, abordamos acerca dos interesses capitalistas que motivaram as modificações curriculares na educação escolar básica.

No tocante à leitura, à linguagem oral e escrita, capítulo quatro, tratamos de discutir a importância que esses pontos assumem para o sistema produtivo.

Analisamos, no quinto capítulo, as exigências que o sistema produtivo faz ao ensino de Língua Portuguesa, como também à formação do profissional nessa área.

No último capítulo, descreveremos as observações realizadas nas aulas de Língua Portuguesa, com a finalidade de descobrirmos como as propostas dos PCNEM estão sendo postas em prática.

² Os PCN+ utilizam esta sigla quando se referem aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

1. HISTÓRICO DOS PCN: DA ORIGEM À IMPLEMENTAÇÃO

Para analisarmos a história dos Parâmetros Curriculares Nacionais é relevante mencionarmos os acontecimentos que os precederam.

Segundo Zanlorense e Lima (2009), nos anos 1990 os órgãos internacionais pretendiam o crescimento econômico, pois a economia se encontrava em crise por causa do novo modelo de acumulação, exigindo da educação uma transformação nas características, comportamentos e atitudes.

Nesse mesmo ano, o Brasil se fez presente na Conferência Mundial de Educação para Todos na Tailândia, realizada pelo Banco Mundial, UNESCO, FMI e outros organismos internacionais. Nesse evento, de acordo com Fonseca (1995 *apud* ZANLORENSE; LIMA, 2009), foram organizadas novas direções políticas para demolir o analfabetismo até o fim do século.

Os órgãos internacionais, nessa conferência, discutiram e formularam documentos sobre as possibilidades de estender a educação escolar ao alcance de todos, com o objetivo de eliminar o analfabetismo presente em todas as idades, principalmente nos países emergentes, onde esse problema é mais grave.

Políticas definidas para as décadas futuras, seu primeiro passo foi pressionar os países dependentes quanto ao seu atraso com relação ao desempenho educacional [...]. Considerando o compromisso assinado frente à proposta de 'Educação para Todos', o Brasil lentamente se apropria e obedece a regra do Banco Mundial e do FMI, incorporando a política do capital financeiro e passa a organizar-se segundo as propostas dos organismos financiadores e busca a elaboração de suas propostas curriculares. (ZANLORENSE; LIMA, 2009, p. 03).

Os países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, foram obrigados a se comprometerem em reajustar as políticas educacionais de acordo com as exigências dos organismos internacionais em relação à proposta da "Educação para Todos" voltada para atender aos paradigmas do capitalismo.

Nesse período, de acordo com as referidas autoras, os brasileiros sentiram que mudanças estavam ocorrendo nas políticas educacionais, reformas educacionais começaram a acontecer, atingindo como auge a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1996, ligada ao Plano

Decenal de Educação, de acordo com o que foi decidido na Constituição Federal de 1988.

O Plano Decenal de Educação e a LDB foram passos importantes para a nova educação escolar que surgia, mas outras mudanças estavam sendo articuladas pela comissão do MEC e por educadores de várias instituições.

Como resultado a essas transformações educacionais surgiram os PCN, que tiveram sua versão preliminar em 1995. Um extrato dos PCN pode ser assim visualizado:

Esses documentos apresentados são o resultado de um longo trabalho que contou com a participação de muitos educadores brasileiros e tem a marca de suas experiências e de seus estudos, permitindo assim que fossem produzidos no contexto das discussões pedagógicas atuais. Inicialmente foram elaborados documentos, em versões preliminares, para serem analisados e debatidos por professores que atuam em diferentes graus de ensino, por especialistas da educação e de outras áreas, além de instituições governamentais e não governamentais. (BRASIL, 1998a, p. 06).

Para a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o MEC teve a preocupação em chamar professores de diferentes instituições para que discutissem sobre as exigências de uma nova educação. Depois de acolher as diversas sugestões, os PCN do Ensino Fundamental e Médio ficaram prontos em 1997, mas, de acordo com Araújo (2001), o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais só aconteceu em 1998 em edição nacional, sendo distribuídos para todos os professores da rede pública.

Nessa versão, formato livro, os PCN compõem-se de um documento introdutório que se propõe a apresentar as linhas norteadoras que constituem uma proposta de reorientação curricular oferecida pelo MEC às secretarias de educação, às escolas, às instituições de formação de professores, aos institutos de pesquisa, editoras e a todas as pessoas interessadas em educação no Brasil. (BRASIL, 1998, p. 09 *apud* ARAÚJO, 2001, p. 78).

Segundo essa autora, devido às mudanças ocorridas no sistema educacional, o Ministério da Educação notou a necessidade de fazer um documento introdutório para apresentar sugestões de como deve ser trabalhada a nova metodologia do ensino do Brasil, expondo os objetivos e metodologias para que as escolas elaborem, unidas à comunidade, os seus projetos políticos pedagógicos.

A elaboração dos PCN não contou unicamente com experiências de professores brasileiros, mas também contou com a experiência de profissionais estrangeiros, por exemplo, conforme a citação a seguir:

Contou com a experiência da Espanha, na pessoa do então professor de Psicologia Educacional de Barcelona, César Coll, que foi consultor de elaboração dos PCN brasileiros e a Fundação Carlos Chagas, além de representantes do Chile, Colômbia e Argentina, nos quais tais países passaram por adequações curriculares similares a educação brasileira. (MOREIRA, 1996 *apud* ZANLORENSE; LIMA, [2009, p. 15).

A colaboração para a preparação dos PCN de professores estrangeiros, especificamente da Espanha, manifesta a “desvalorização” do MEC e dos órgãos internacionais em relação às opiniões dos professores brasileiros para o documento oficial, em outras palavras, os educadores do Brasil não seriam capazes de elaborar os parâmetros que conduziram a partir de então a educação do próprio país.

É importante ressaltar que os Parâmetros Curriculares Nacionais foram criados para atender às exigências que as organizações internacionais fizeram na Conferência Mundial de Educação para Todos, na qual o Brasil assumiu o compromisso de colocar em prática os objetivos ditados por essas organizações, ou seja, nos PCN há interesses políticos dos órgãos internacionais que impõem regras e os países subdesenvolvidos são “obrigados” a obedecer.

[...] O ‘parâmetro’ educacional brasileiro, obedecendo ao que se buscava na década de 1990, os anseios de participação no mundo globalizado, almejando a produtividade para se tornar competitivo no mercado mundial e assim cumprir os compromissos assumidos diante dos ajustes econômicos exigidos pelos órgãos internacionais, define-se então as propostas curriculares no contexto nacional. (ZANLORENSE; LIMA, 2009, p. 17).

Os PCN surgiram para aplicar na prática às propostas da “Educação para Todos”, que têm como objetivo implantar políticas educacionais de reajustes aos paradigmas do mercado de trabalho, pois este requer um trabalhador competente, flexível e qualificado.

As propostas dos PCN apresentam um novo modelo de educação, com a finalidade de preparar o alunado para às exigências do mercado de trabalho e auxiliar o professor nessa nova etapa da educação brasileira, estabelecendo a

habilidade, a competência, o desempenho e a qualidade como pontos relevantes a serem trabalhados em sala de aula. Essas propostas estão estreitamente ligadas aos planos elaborados e apresentados na Conferência Mundial Educação para Todos, que têm como objetivo responder aos apelos dos órgãos internacionais que veem na educação uma forma eficaz de corresponder aos interesses neoliberais.

2. OS QUATROS PILARES DO CONHECIMENTO E OS INTERESSES NEOLIBERAIS

A década de 1990 foi marcada por muitas transformações na educação, pois nessa época ocorreu a Conferência Mundial da Educação para Todos, na qual foi apresentado um modelo de educação que não é novo, mas apenas tem uma nova roupagem. As transformações educacionais expostas na Conferência Mundial culminaram na elaboração do Relatório da UNESCO em 1993 a 1996, que teve como principal responsável Jacques Delors, que, segundo Duarte (2004 *apud* BACZINSK, 2008), o objetivo era pontar novas diretrizes para a educação mundial para o século XXI.

De acordo com a referida autora, o documento da UNESCO manifesta a precisão da educação em oferecer às pessoas a instrumentalização precisa para se adaptarem ao processo do mercado de trabalho.

Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. É claro que essas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta. (DELORS, 1998, p. 89-90 *apud* DUARTE, 2001a, p. 52).

De acordo com Baczinsk (2008), diante do que é indicado no Relatório de Delors, assim conhecido, podemos notar que as ideias do documento têm ligação com as teorias construtivistas, que pregam o individualismo, a competitividade, a habilidade de se ajustar ao mercado de trabalho e o aumento do capitalismo contemporâneo.

A mesma sociedade – que tanto prega a individualidade, a autonomia, a liberdade e a criatividade como seus mais altos valores –, opera nos indivíduos a mais brutal padronização e o mais brutal esvaziamento. A mesma sociedade que criou e desenvolveu formas extremamente eficazes, do ponto de vista técnico, para a produção e a difusão do conhecimento produz um brutal empobrecimento da cultura [...]. (DUARTE, 2001a, p. 09).

Sobre essa questão, Duarte (2001a) faz uma crítica aos novos valores pregados pela sociedade e ditados pelo Relatório de Delors que, segundo o referido autor, provocam um esvaziamento intelectual do indivíduo, pois as escolas estão pobres de conhecimentos científicos, despertando nos indivíduos um apego aos conhecimentos ditados pelo auge da moda.

Os princípios deste Relatório têm sido “acolhidos” de tal forma pelas escolas que acabou por se constituir em princípios filosóficos e pedagógicos para muitas instituições de ensino, uma vez que as orientações deste relatório foram utilizadas como referência e fundamento para os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica, transformando-se em princípios axiológicos. (DRABACH; MIRANDA; MOUSQUER, 2006, p. 04).

Os princípios pregados pelo Relatório da UNESCO são acatados pelas escolas e por muitos educadores sem muita reflexão, pois pelo fato de estarem presentes nos PCN para que as escolas direcionem seus trabalhos de acordo com esses princípios, são também acolhidos como verdadeiros valores que devem ser colocados em prática em sala de aula.

Segundo Drabach; Miranda e Mousquer (2006), os quatro pilares da educação, que orientam as políticas educacionais do Brasil, proporcionam ajustes ao sistema produtivo e a formação do novo tipo de trabalhador exigido por esse sistema.

[...] As teorias educacionais centradas no treinamento dos indivíduos a serviço da organização do mercado [...] reduzem o papel da educação a função da adaptação passiva dos indivíduos às exigências do capital. [...] Este tipo de educação leva ao esvaziamento dos valores humanos e, portanto, a uma fetichização dos indivíduos e de suas relações. (MARTINS, 2004 *apud* HADDAD et al., 2011, p. 58).

Os ditames do Relatório da UNESCO pregados como valores educacionais, na verdade, são um adestramento para que os alunos consigam sair da escola preparados para servir aos interesses do mercado. Com isso, a educação escolar não se preocupa em despertar nesses alunos a reflexão sobre a função social deles, mas a função deles diante das exigências do mercado de trabalho, provocando dessa forma, um vazio não só intelectual como também em relação aos verdadeiros valores sociais.

Quando propõe os quatro pilares do conhecimento – aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser –,

evidencia que o objetivo é preparar a criança para se adequar às mudanças constantes no processo de trabalho, formando indivíduos qualificados e criativos. Em uma sociedade com o desenvolvimento tecnológico tão acelerado, é importante enfatizar o aprender a aprender, pois do contrário o profissional capacitado e bem preparado, muito rapidamente, estará desatualizado. (MARTINS; NOMA, 2008, p. 05).

A preocupação não está em formar cidadãos reflexivos intelectualmente, mas flexíveis às exigências do sistema produtivo, ou seja, a preocupação está em preparar o indivíduo para que seja um sujeito em constante aprendizado por encomenda do mercado de trabalho. Caso não corresponda a isso, é considerado desatualizado e estará rotulado a ter um subemprego ou ser desempregado.

De acordo com Rabelo; Segundo e Barroso (2009), para que os quatro pilares do conhecimento fossem inseridos na educação escolar, esta passou por reformas e reorganizações em torno desses pilares, a fim de atender às exigências da UNESCO e dos demais organismos internacionais.

Segundo Saviani (2008 *apud* HADDAD et. al., 2011), a educação começa a ser compreendida como uma aplicação do capital humano, que capacita os indivíduos a concorrerem pelos empregos que estão disponíveis.

No lema aprender a aprender o mais importante não é ensinar e nem mesmo aprender algo, isto é, assimilar conhecimentos. O importante é aprender a aprender. O professor deixa de ser aquele que ensina para assumir o papel de auxiliar o aluno em seu próprio processo de aprendizagem. (SAVIANI, 2008 *apud* HADDAD et. al., 2011, p. 57).

Nessa perspectiva, o aluno deve continuar aprendendo, procurando descobrir novos conhecimentos, sendo o professor apenas um auxiliador nas descobertas que o aluno realiza.

Confirmando essa ideia, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2002, p. 29) dizem que

Prioriza-se o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento, considerando como meio e como fim. Meio, enquanto forma de compreender a complexidade do mundo, condição necessária para viver dignamente, para desenvolver possibilidades pessoais e profissionais, para se comunicar. Fim, porque seu fundamento é o prazer de compreender, de conhecer, de descobrir.

De acordo com Duarte (2001b), para a pedagogia do *aprender a aprender*, o domínio dos conhecimentos adquiridos pelos próprios alunos passa a ser muito mais

importante do que aqueles que contaram com o ensino do professor, pois os indivíduos devem descobrir novos saberes sem estarem presos aos conhecimentos adquiridos por meio de outras pessoas. Por isso que os PCN valorizam não o ensino centrado nas disciplinas, mas o conhecimento por meio das competências.

[...] O lema ‘aprender a aprender’ passa a ser revigorado nos meios educacionais, pois preconiza que à escola não caberia a tarefa de transmitir o saber objetivo, mas sim a de preparar os indivíduos para aprenderem aquilo que deles for exigido pelo processo de sua adaptação às alienadas e alienantes relações sociais que presidem o capitalismo contemporâneo. A essência do lema ‘aprender a aprender’ é exatamente o esvaziamento do trabalho educativo escolar, transformando-o num processo sem conteúdo. (DUARTE, 2001a, p. 09).

A escola não está preocupada em ensinar conhecimentos que levem o aluno a fazer reflexão do social, mas que auxilie ao aluno a aprender sozinho os conhecimentos que são exigidos pelo mercado de trabalho, ou seja, adquirir competências e habilidades para que seja um trabalhador qualificado, competente e flexível.

O segundo pilar da educação é o *aprender a fazer*, o aluno deve colocar em prática o que assimilou da teoria.

Esse pilar é acentuado como uma segunda aprendizagem que deve manter uma estreita relação com o mundo do trabalho e, conseqüentemente, com a questão profissional. Nos termos do documento, advoga-se que esse pilar não se dissocie do *aprender a conhecer*, produzindo uma *nova* visão, um *novo* significado, que supere a imagem da simples preparação de indivíduos para desenvolverem uma determinada atividade material ou a rotineira transmissão de práticas instrumentais, embora reconheçam o valor dessas práticas. O processo deve, ao contrário, centrar-se na passagem da noção de qualificação (instrumental e rotineira) para a de competência (flexível, versátil, criativa), tendo como alicerce as exigências contemporâneas de um profissional que reúna competência pessoal, domínio cognitivo e informativo sobre os sistemas de produção. (RABELO; SEGUNDO; BARROSO, 2009, p. 85 – 86)

Sobre a ótica do Relatório de Delors, é relevante que o indivíduo saiba desenvolver suas habilidades cognitivas, colando em prática os conhecimentos que ele adquiriu com esforço próprio, sendo um indivíduo flexível ao que a sociedade contemporânea exige dele.

Sobre esse pilar da aprendizagem, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2002, p. 29) afirmam que

O desenvolvimento de habilidades e o estímulo ao surgimento de novas aptidões tornam-se processos essenciais, na medida em que criam as condições necessárias para o enfrentamento das novas situações que se colocam.

À medida que o aluno vai obtendo conhecimento, ele deve procurar pôr em prática o que aprendeu e sempre buscar conquistar novos conhecimentos e ligá-los a prática, a fim de que ele se torne um indivíduo flexível. Essa ideia é pregada pelo documento da UNESCO e pelos PCNEM com a finalidade de que as pessoas sejam moldadas de acordo com o que o capitalismo espera delas.

Temos como a terceira aprendizagem o *aprender a viver juntos* que

[...] Representa atualmente o desafio da educação, já que o mundo atual é violento e opõe-se à esperança no progresso da humanidade. Propõe-se, então que a educação utilize duas vias complementares como forma de resolver ou evitar conflitos latentes: a descoberta progressiva do outro e a participação em projetos comuns ao longo de toda a vida. (DELORS, 1998 apud VIEIRA; SFORNI, 2008, p. 05)

Essa ideia expressa pelo Relatório e pelos PCNEM é contraditória, pois é pregado sobre a importância do *aprender a viver juntos* como também sobre a relevância do individualismo, da competitividade. Como pode ter como valor educacional o viver junto se prioriza também o individualismo, a competitividade?

[...] Diante de um mundo egoísta, movido pela busca da realização pessoal, individualmente competitiva, também estimula-se o seu contrário o aprender a conviver, porque acredita-se que com esta postura podem-se evitar conflitos posteriores. Neste sentido, nos dois documentos, à educação compete estimular a solidariedade para amenizar os conflitos entre as pessoas e a “aldeia global” – diferentes nações, raças ou etnias, religiões, etc. Entretanto, a realidade material desenvolve o individualismo e a competição para garantir a sobrevivência. Mais do que aprender a ser para conviver, a vida exige o aprender a ter, ainda que seja o mínimo, para garantir o reconhecimento social da sua humanidade e poder usufruir dos bens culturais existentes. Este discurso, portanto, ao tratar sobre duas questões: a formação do cidadão – enquanto valores morais, éticos – e a formação do indivíduo – enquanto competências valorizadas pelo mercado de trabalho – dando mais ênfase à primeira, se coloca em contradição com a realidade, não conseguindo mais disfarçá-la. Prevalece uma desenfreada competição e o desenvolvimento de um individualismo sem precedentes. (MARTINS; NOMA, 2008, p. 05).

A sociedade que ensina o *aprender a viver juntos*, também prega que as pessoas devem ser individualistas, procurando sucesso profissional, mesmo que outras pessoas sejam deixadas às margens da sociedade.

Sobre a quarta aprendizagem, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2002, p. 30) afirmam:

Aprender a ser supõe a preparação do indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida. Supõe ainda exercitar uma liberdade de pensamento, sentimento e imaginação, para desenvolver os seus talentos e permanecer, tanto quanto possível, dono do seu próprio destino.

No quarto pilar do conhecimento, percebemos contradições, o *aprender a ser* ocasiona a quebra das leis estabelecidas pela sociedade, pois, de acordo com este quarto aprendizado, os indivíduos devem ter autonomia de elaborar as próprias leis. Se cada pessoa deve fazer o que julga ser certo, desconsiderando a pessoa do outro ou não respeitando as leis sociais, então não tem motivos de existirem leis que sejam comuns a todos.

Os quatros pilares do conhecimento elaborados pela UNESCO e impostos à sociedade têm como objetivo fazer com que esta sociedade seja submissa a um sistema produtivo e competitivo que não tem lugar para todos, mas para aqueles que sejam flexíveis, competentes e qualificados.

3. OS INTERESSES CAPITALISTAS NAS MUDANÇAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Desde o início, segundo Brandão (1989), a educação escolar foi pensada de forma desigual, pois os primeiros a terem acesso à escola foram os filhos de pessoas muito ricas para que tivessem domínio dos conhecimentos, respeito social e continuidade/centralidade do poder hierárquico. Logo depois, os pobres foram inseridos na educação escolar, não da mesma forma como os ricos, mas que tivessem um conhecimento mínimo e que com isso nunca conseguissem chegar à acessão social.

Seguindo o pensamento, Brandão (1989, p. 73) afirma que,

A ideia de que não existe coisa alguma de social na educação; de que, como a arte, ela é 'pura' e não deve ser corrompida por interesses e controles sociais, pode ocultar o interesse político de usar a educação como uma arma de controle, e dizer que ela não tem nada a ver com isso.

A educação escolar vista pela maioria das pessoas como um bem social capaz de transformar os indivíduos em cidadãos reflexivos, oculta muitos interesses dos organismos internacionais que usam a educação para controlar os indivíduos.

Os interesses políticos estão ocultos nas novas transformações ocorridas na educação. Os órgãos internacionais utilizam do discurso de que a educação é direito de todos para encobrir os reais objetivos planejados, a fim de manter em controle os países subdesenvolvidos. Na atualidade, a educação escolar é pensada para inserir as pessoas no ritmo do mundo globalizado e tecnológico, no qual a competitividade e qualificação do profissional têm prioridades.

Segundo Demo (2004), a educação escolar sempre teve como referência importante o mercado, e a afirmação de que a educação é a preparação para a vida não existe, pois não tem como acabar esse desafio. Ainda para o mesmo autor, o fato da educação está servindo ao poder está mais visível do que servindo à verdade. A habilidade de fazer inovações, interpretada nas formas de mediação da natureza e do próprio homem, mostra-se como estratégia de domínio.

As instituições internacionais utilizando de propostas aparentemente boas para a educação escolar básica fazem promessas falsas de acesso e inovação tecnológica dos países pobres. Estes, sem direito de questionar os planos traçados

pelos organismos internacionais, são obrigados a aceitarem passivamente tais planos.

As potências mundiais estão preocupadas em inserir todos os países no ritmo da globalização, não com a finalidade de colocar todos no mesmo nível de igualdade, mas ao contrário, o desejo das potências é que os demais países sejam submissos das ideias apresentadas pelos donos do poder; e se os países subdesenvolvidos rejeitarem essas ideias, não serão vistos com bons olhos pelos referidos órgãos internacionais. Ressaltando essa ideia, vejamos o enunciado abaixo:

Nesse contexto, o governo brasileiro vem implementando suas políticas econômicas e educacionais de ajuste, ou seja, diretrizes e medidas pelas quais o País se moderniza, adquire as condições de inserção no mundo globalizado e, assim, se ajusta às exigências de globalização da economia estabelecidas pelas instituições financeiras e pelas corporações internacionais. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2007, p. 55).

O governante brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva implantou as políticas de reajustes educacionais para atender às exigências impostas pelo Banco Mundial, UNESCO, FMI e outros órgãos internacionais em relação às transformações educacionais.

Libâneo; Oliveira e Toschi (2007) ainda afirmam que o Banco Mundial exige que a educação escolar esteja ligada ao atual modelo produtivo a fim de conseguir o acesso às novas normas da modernidade capitalista. Por causa dessas exigências impostas pelas potências mundiais, a educação básica está passando por transformações, principalmente o Ensino Médio.

Este nível de ensino é visto pelos órgãos internacionais como uma preparação do aluno para ingressar no mercado de trabalho. Essa visão vai de encontro ao que o Banco Mundial espera do Ensino Médio, que é habilitar o estudante para a universidade.

Podemos notar que os PCNEM falam sobre as mudanças ocorridas no Ensino Médio como também discorrem a respeito dos objetivos do mercado de trabalho para esse nível de ensino.

Considerando-se tal contexto, buscou-se construir novas alternativas de organização curricular para o Ensino Médio comprometidas, de um lado, como o novo significado do trabalho no contexto da

globalização e, de outro, com o sujeito ativo, a pessoa humana que se apropriará desses conhecimentos para se aprimorar, no mundo do trabalho e na prática social. (BRASIL, 2002, p. 25)

Por causa das reformas educacionais, o aluno do Ensino Médio, como já foi citado, deve sair da escola capacitado para atender às exigências do mercado de trabalho, ou seja, o indivíduo deve ser competente, flexível e qualificado.

Com essas transformações ocorridas não só no Ensino Médio, mas em toda a educação escolar, para atender aos apelos da sociedade do conhecimento, foram deixados de lado valores que antes eram considerados importantes para a formação do cidadão. Hoje, o aluno é polido de acordo com os paradigmas do mercado de trabalho, no qual ele deve estar sempre inovando os seus conhecimentos, ser um consumidor exigente e um trabalhador qualificado.

[...] Percebemos que o Ensino Médio da forma que acontece hoje em nossas escolas realiza um projeto nos moldes capitalistas, onde a educação, seja em qualquer nível de ensino, é em geral uma forma de reproduzir a alienação. E em especial o Ensino Médio brasileiro, orientado pelo toyotismo, não pretende em essência emancipar ninguém, pelo contrário. Mesmo reformas bem intencionadas, enquanto estiverem circunscritas ao projeto capitalista, não têm condições de superar radicalmente tal situação. (ARAÚJO, E. et al., 2011, p. 08).

O discurso falso de que as novas transformações foram pensadas para preparem o aluno para a vida ou para exercer sua cidadania oculta interesses de uma elite que vê na educação escolar, principalmente no Ensino Médio, formas de monopolizar e alienar as pessoas de países pobres para fazerem tudo o que a minoria dominante deseja.

Nas páginas do PCNEM notamos nitidamente que a educação não está a serviço da sociedade, como um todo, mas a serviço de uma minoria que tem interesses ambiciosos na educação, pois esse documento foi elaborado para corresponder às exigências que os órgãos internacionais fizeram na Conferência Internacional de Educação para Todos aos países subdesenvolvidos, inclusive o Brasil.

De acordo com Nogueira e Nogueira, C. (2004), a educação, nos princípios de Bourdieu, não está cumprindo o papel que lhe foi concedido, como instância que modifica e democratiza as sociedades, mas como umas das instituições que mantém legítimos os privilégios sociais.

Como mencionado, a educação básica não está mais a serviço de valores considerados necessários para a formação humana, mas servindo como uma instituição social capaz de polir o aluno por encomenda de interesses elitistas.

Os educadores sozinhos não podem fazer nenhum planejamento radical para mudar a realidade do Ensino Médio, pois todos os planos são traçados entre as instituições internacionais e impostos às escolas, para que estas coloquem em prática os paradigmas ditados pelo FMI, Banco Mundial, UNESCO, etc.

Sobre esses interesses, Brandão (1989, p. 94) diz que a educação é pensada e idealizada

Como um instrumento cujos segredos se programam nos gabinetes onde estão os emissários dos intermediários dos interesses políticos postos sobre a educação. Esta é a sua dupla dimensão de valor capitalista: a) valer como alguma coisa cuja posse se detém para uso próprio ou de grupos reduzidos, que se vende e compra; b) valer como um instrumento de controle das pessoas, das classes sociais subalternas, pelo poder de difusão das ideias de quem controla o seu exercício.

Percebemos que o objetivo primordial na educação básica, principalmente o Ensino Médio, não é formar cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres, mas disciplinar indivíduos que correspondam aos interesses de uma minoria que usa a educação como uma arma de controle; que decide quem deve mandar e quem serve para ser mandado.

Sobre essa perspectiva, Libâneo; Oliveira e Toschi (2007, p. 168) afirmam:

[...] A escola é vista como uma organização política, ideológica e cultural em que indivíduos e grupos de diferentes interesses, preferências, crenças, valores e percepções da realidade mobilizam poderes e elaboram processos de negociação, pactos e enfrentamentos.

Percebemos que as instituições internacionais tratam a educação como uma mercadoria que pode ser comercializada, enquanto que a escola é a empresa e o aluno é considerado o cliente dela.

Como “mercadoria”, a educação não está sendo passada de forma igual por sua empresa, pois os que mandam no produto escolhem a qualidade da mercadoria de acordo com a classe social de seus clientes.

Nos PCNEM (2002) afirmam que as escolas do Ensino Médio devem colocar em suas propostas os “conhecimentos, competências e habilidades de formação

geral e de preparação básica para o trabalho” conforme “as características regionais e de sua clientela” (p. 101).

Observamos que esses objetivos são delineados pelo mercado de trabalho como propostas a serem impostas à educação básica. Também é interessante notar que os PCNEM usam a palavra “clientela” quando se referem ao alunado, reforçando a ideia que as potências mundiais têm da educação.

Ainda podemos usar de comparação para descrever a escola, esta é uma como fábrica que produz e modela os alunos de acordo com a exigência do mercado de trabalho.

No § 4º do inc. III do art. 36 da lei nº 9.394/96 confirma essa ideia dizendo que os preparos gerais para o trabalho e, por conseguinte, a compatibilidade profissional podem ser desenvolvidos na própria escola que tenha o Ensino Médio.

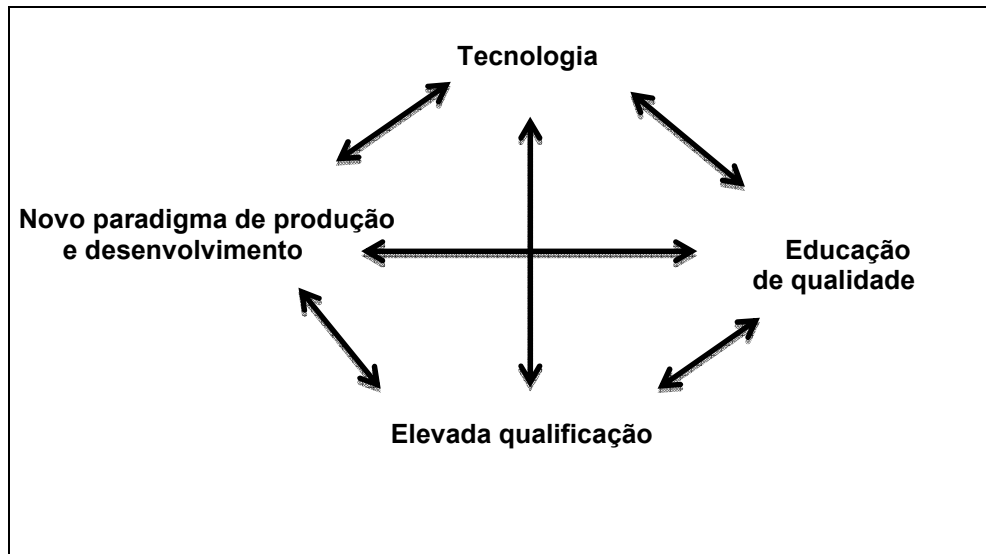
O currículo atual do Ensino Médio foi planejado para atender às necessidades do mercado de trabalho e ao mesmo tempo aos interesses de uma minoria dominante, por isso que atualmente educação e trabalho estão muito interligados.

[...] A orientação para o trabalho, como diretriz para a formação e execução do currículo da educação básica, ganha relevo à medida que enseja o desenvolvimento de competências e habilidades e permite entender melhor a circularidade de ideias, as motivações pessoais e as articulações de conhecimento. Educação e trabalho... este é o verdadeiro nome da vida. (CARNEIRO, 2011, p. 208).

As reformas curriculares para o Ensino Médio têm como ponto de referência o mercado de trabalho e este exige que sejam postas em prática em sala de aula as competências e habilidades para que os estudantes saiam da escola aptos para o mundo do trabalho e sejam profissionais qualificados, eficientes e atualizados.

Atualmente, o ensino é considerado bom quando nele os meios tecnológicos estão presentes, pois não se consegue mais separar qualidade do ensino das tecnologias e preparação para o mercado de trabalho.

Como podemos perceber no gráfico, segundo Libâneo; Oliveira e Toschi (2007), a ligação existente entre novo paradigma de produção e desenvolvimento, tecnologia, educação de qualidade e elevada qualificação.



Fonte: Libâneo; Oliveira e Toschi (2007, p. 111)

Essa ligação mostra que para o sistema produtivo, a educação é considerada de qualidade quando utiliza em suas metodologias a tecnologia e os pontos que o mercado de trabalho julga importantes, como competência, habilidade, flexibilidade, etc. A estreita ligação da educação + o paradigma produtivo + a tecnologia, resulta em profissionais qualificados, na opinião do mercado.

Diante do que foi apresentado, é notório que os organismos internacionais estão utilizando a educação básica como um meio para corresponder aos interesses egoístas de uma minoria que decide como a educação deve funcionar para servir ao mercado de trabalho. Usando o tema “Educação para Todos”, o Banco Mundial, a UNESCO, FMI e outros órgãos internacionais tentam camuflar os seus reais interesses na educação, que não é servir a todos, mas de controlar e manipular as pessoas de classes subalternas para que elas nunca consigam chegar ao sucesso profissional.

4. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA LINGUAGEM ORAL E ESCRITA PARA O MERCADO DE TRABALHO

O homem não vive sem a linguagem, pois é por meio desta que ele expressa seus pensamentos, sentimentos e experiências. Pelo domínio da linguagem que o ser humano se comunica entre si.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2002, p. 125), a linguagem passa pelo conhecimento e os modos de pensar, pela comunicação e os meios de comunicar, a ação e as formas de proceder.

Sem a linguagem, não há possibilidade de adquirir conhecimentos, como também o ser humano não consegue realizar a comunicação entre si.

Atualmente, a linguagem oral e escrita está adquirindo uma relevância maior, pois o mercado de trabalho vem exigindo que o profissional tenha uma comunicação polida e seja qualificado. Para isso, é necessário que este seja um bom leitor, a fim de ser atualizado e possuir mais conhecimentos na área da sua profissão.

Seu uso adequado tem sido amplamente defendido [...] por aqueles que veem no domínio da palavra um requisito essencial para obtenção de sucesso no mercado de trabalho, independentemente do campo de atuação. (KLEIN, 2010, p. 11).

O uso adequado da linguagem oral e escrita é considerado importante para o mercado de trabalho, por isso que ter competência nessa área pode garantir ao profissional sucesso no seu ambiente de trabalho.

De acordo com o mercado de trabalho, o profissional qualificado é aquele que ler muito quer na sua área de conhecimento, quer em outros assuntos com a finalidade de estar sempre atualizado. Como também, deve ter um bom desempenho na sua escrita, pois poderão exigir relatórios para serem apresentados à sua empresa ou ao cliente; se caso este profissional não souber escrever de acordo com as normas do padrão culto da língua, será considerado um trabalhador sem qualificação e competência.

É relevante que o profissional seja qualificado na área da oralidade para que tenha uma boa comunicação com os clientes, etc.

O sucesso empresarial também depende de um sistema de comunicação eficaz, tanto interna, quanto externamente. A comunicação imprecisa, ambígua e insuficiente tem gerado a ruína de muitos empresários. (MEDEIROS, 2005, p. 17 *apud* KLEIN, 2010, p. 11).

A comunicação quer oral quer escrita está sendo, atualmente, um meio de seleção para ingressar as pessoas nas oportunidades que aparecem no mercado de trabalho, pois os empresários não querem mais aceitar indivíduos que não têm competência na comunicação.

Os indivíduos que desejam entrar no mundo do trabalho devem fazer esforços para aperfeiçoar seus conhecimentos em Língua Portuguesa, pois as empresas não aceitam indivíduos que têm um currículo recheado, mas que não possuem um domínio em língua materna. Para os indivíduos que já estão atuando em alguma área, a exigência é a qualificação e atualização para permanecerem no emprego.

Muitos pensam que sabendo falar uma língua estrangeira, podem conseguir um bom emprego, mas para o mercado de trabalho, os indivíduos que não tiverem conhecimento da sua língua materna, o domínio de outra língua pode não lhes garantir o sucesso esperado.

Para responder a essas exigências, a escola, por encomenda dos órgãos internacionais, está se preocupando mais com a linguagem (escrita e oral) para preparar sujeitos para o mercado de trabalho e exercerem sua cidadania.

Mais do que oferecer o convívio do aluno com a linguagem trata-se de oferecer-lhe o convívio com práticas sociais de compreensão e produção de textos e de análise linguística, nas modalidades oral e escrita, de maneira constante e progressiva e em sua diversidade. Mais do que isso, trata-se ainda de partir das possibilidades de aprendizagem do aluno, de suas necessidades para a ampliação do seu universo de referências, propiciando-lhe familiaridade crescente com expressões culturais e científicas cada vez mais complexas. (FERREIRA, 2001, p. 10).

As exigências do mercado de trabalho em relação à produção de textos, oralidade e leitura vêm pressionando a escola para que trabalhe esses pontos em sala de aula a fim de preparar os alunos para serem competentes na comunicação.

Com o discurso neoliberal imposto à educação básica, os professores de Língua Portuguesa são obrigados a terem outra postura dentro da sala de aula. Não

recorrendo mais em apenas reproduzir conteúdos para serem cobrados nas provas, mas trabalhos que desenvolvam as habilidades cognitivas dos alunos para que eles sejam competentes diante da sociedade globalizada.

Os PCNEM ressaltam a importância do professor de Língua Portuguesa analisar as suas metodologias de trabalhar a linguagem junto aos alunos:

O caráter sócio interacionista da linguagem verbal aponta para uma opção metodológica de verificação do saber linguístico do aluno, como ponto de partida para a decisão daquilo que será desenvolvido, tendo como referência o valor da linguagem nas diferentes esperas sociais. (BRASIL, 2002, p. 139).

Partindo do conhecimento que o aluno já tem sobre a língua verbal, o professor deve desenvolver as habilidades do discente, trabalhando em sala de aula os textos escritos e orais que circulam nos meios de comunicação ou que geralmente são exigidos por diferentes empresas.

Isso é um dos interesses que os organismos internacionais impõem ao ensino da língua materna, para que trabalhe textos que sejam comuns nos diferentes meios sociais.

De acordo com as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2006, p. 23),

[...] As atividades de produção e recepção de textos, merecem destaque [...] tanto os estudos que investem no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem como aqueles que tratam das práticas sociais de produção e recepção de texto.

Atualmente, percebemos a preocupação em trabalhar em sala de aula a linguagem, a fim de preparar o aluno para as exigências de um mercado que espera que ele saia da escola como um bom leitor, competente não só na escrita, como também na oralidade.

Sobre a importância do texto escrito para a sociedade, as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2006, p. 34) salientam:

Não se pode perder de vista, no entanto, em razão de compromissos gerais de formação da etapa de término da educação básica [...] que as práticas sociais de uso da língua escrita devem receber destaque na orientação no trabalho escolar, em razão do valor social e histórico que têm em nossa sociedade.

Notamos que a inquietação sobre a linguagem escrita presente nos documentos da educação básica é voltada para atender as demandas da sociedade do conhecimento, isto é, não há uma preocupação a respeito dos valores éticos e morais, mas em dar atenção ao que o mercado de trabalho espera da escola, como instituição, e do aluno, como um futuro profissional qualificado, competente e também como consumidor exigente.

Há uma expectativa em relação ao aluno que está concluindo a educação básica, ou seja, o Ensino Médio, por isso que o investimento e as cobranças são maiores, pois veem no estudante do nível médio um profissional de futuro que esteja disposto a inovar sempre os seus conhecimentos.

Como vem sendo discutido neste capítulo, espera-se que o aluno do Ensino Médio seja um bom leitor, escritor e que saiba usar a oralidade com desenvoltura. Sobre essa perspectiva, os Referencias Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba (2007, p. 56 – 57) afirmam que

Nesse nível de escolaridade, ganha relevo a capacidade de verbalização o conhecimento, prática discursiva que envolve não apenas o saber, mas também o saber dizer. Para o desenvolvimento dessa capacidade, o educando deve, além de permanecer desenvolvendo as habilidades de leitura e escrita, ter acesso sistemático às nomenclaturas técnicas, saber culturalmente construído e socialmente valorizado.

É importante que o aluno que está cursando o Ensino Médio não tenha somente o conhecimento, mas que seja capaz de transmitir esse conhecimento através da oralidade e para que isso aconteça, é necessário que ele seja um bom leitor, pois é por meio da leitura que o mesmo pode adquirir novos saberes, enriquecer o seu vocabulário e se tornar um bom escritor.

Os órgãos internacionais, FMI, Banco Mundial, UNESCO, etc., não estão preocupados que a escola trabalhe a oralidade, a escrita e a leitura partindo das dificuldades que os alunos têm em relação a esses pontos, mas impõem à escola que ela prepare os estudantes para que eles sejam competentes no uso da linguagem de acordo com as exigências do mercado de trabalho.

Portanto, atualmente para que os indivíduos consigam corresponder aos apelos do mercado de trabalho é relevante que tenham um bom desempenho tanto na leitura, quanto na oralidade e escrita. Se os indivíduos não tiverem essas

competências, eles estão sujeitos a viverem a margem da sociedade do conhecimento.

5. O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DESTA DISCIPLINA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Atualmente, o ensino de Língua Portuguesa é considerado importante para o mercado de trabalho dos países que a têm como língua materna, como por exemplo, o Brasil. Notamos que há exigência em relação ao professor de Língua Portuguesa para que se qualifique ainda mais e consiga acompanhar as transformações da sociedade do conhecimento, como também corresponder aos paradigmas do mercado e desenvolver nos seus alunos as competências que o sistema produtivo espera deles.

Na área de Língua Portuguesa, os interesses políticos estão na questão do aluno ter competência de ler, escrever e falar bem, pois isso o leva a ser um trabalhador qualificado e sempre disposto a procurar inovar seus conhecimentos.

Os Referenciais Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba (2007, p. 55) confirmam essa ideia dizendo que

O papel do ensino de Língua Portuguesa é também oportunizar ao educando a apropriação tanto do dialeto padrão na modalidade oral, socialmente requisitado para situações formais de fala em público [...] quanto do dialeto padrão na modalidade escrita, requisitado para situações formais de escrita [...].

Percebemos que o interesse existente na área de Língua Portuguesa não é formar o aluno para que ele seja um ser reflexivo, mas que atenda ao que o mercado de trabalho deseja dele, ou seja, competente na oralidade e na escrita. Com isso, observamos que os estudos de Língua Portuguesa mudaram de objetivo.

No mundo contemporâneo, marcado pelo apelo informativo imediato, a reflexão sobre as linguagens e seus sistemas, que se mostram articulados por múltiplos códigos, e sobre os processos e procedimentos comunicativos é mais do que uma necessidade, é uma garantia de participação ativa na vida social, a cidadania desejada. (BRASIL, 2002, p. 126).

O trabalho de Língua Portuguesa voltado para as competências linguísticas é uma das prioridades do mercado de trabalho que veem nos alunos futuros profissionais qualificados. Para atender aos paradigmas do sistema produtivo, o profissional da área de Língua Portuguesa deve estar disposto a renovar seus

conhecimentos e se adequar às exigências impostas à educação. Sobre essa questão, o documento PCN+ (2002, p. 85) confirma dizendo:

[...] Mais diretamente ligado à disciplina Língua Portuguesa, percebe-se que o discurso oficial contemporâneo requer um profissional qualificado, e principalmente atualizado diante das teorias da linguagem que ganham espaço na escola.

Nessa mesma linha de pensamento, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006, p. 44) afirmam que

Em relação à disciplina Língua Portuguesa no ensino médio, as respostas a [...] questões – construídas pela escola [...] pressupõe um professor de língua materna em permanente e contínua formação científica e pedagógica, por meio da qual possa construir uma compreensão sobre seu objeto de ensino/ trabalho – os usos sociais da língua, a reflexão sobre seus usos e sua variabilidade -, tendo em vista os interesses e propósitos que orientam sua prática pedagógica.

O profissional da área de Língua Portuguesa, de acordo com o mercado de trabalho, deve buscar conhecer quais os gêneros textuais mais comuns nos meios de comunicação para poder trabalhá-los em sala de aula e procurar desenvolver nos seus alunos as habilidades não apenas em textos, mas também na linguagem oral e despertar nos estudantes o gosto pela leitura.

Atualmente, o professor que não procura inovar seus conhecimentos tanto científicos como educacionais e não utiliza os meios tecnológicos em suas aulas é considerado atrasado ou tradicional.

A elite deseja convencer e ao mesmo tempo obrigar os educadores a usarem os meios tecnológicos para despertar o interesse dos alunos por esses meios e capacitá-los para um mercado que está em constante transformação, que é conhecido como o novo paradigma de produção.

Sobre esse novo paradigma, Paiva (1993 *apud* LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI (2007, p. 111) afirma que

[...] O novo processo de trabalho requer flexibilidade funcional e novo perfil de qualificação de forma de trabalho. Há, em consequência, crescente demanda por qualificação nova e mais elevada do trabalhador, assim como por educação de maior nível, mais flexibilidade, mais polivalente e promotora de novas habilidades cognitivas e competências sociais e pessoais, além de bom domínio

de linguagem oral e escrita, de conhecimentos científicos básicos e de iniciação/ alfabetização nas linguagens da informática.

De acordo com a ótica do mercado de trabalho, o professor deve ser um profissional flexível, atualizado, que sempre inove seus conhecimentos e suas metodologias e esteja atento ao que o processo produtivo espera dele para poder corresponder aos seus apelos e despertar nos seus alunos a consciência da competência e habilidade nos meios tecnológicos, para que eles sejam futuros trabalhadores qualificados e flexíveis às exigências do mercado.

Atualmente, o MEC exige que os professores participem constantemente de formações, por isso que nas escolas periodicamente acontecem as capacitações ou formações continuadas dos educadores para que estes revejam suas metodologias de ensino e sejam aptos ao novo modelo de educação. O MEC coloca muita responsabilidade para os professores, sem que estes tenham muito tempo para estudar ou não conseguem responder ao que o Ministério da Educação espera deles, por causa disso, os educadores, muitas vezes, sentem-se culpados por seu fracasso ou incompetentes diante das exigências impostas.

A formação dos professores está sendo aligeirada, exaltando os métodos e a prática. Deste modo, o professor perde o controle sobre o seu trabalho, seguindo determinadas diretrizes sem ter conhecimentos teóricos que o auxiliem a compreender as determinações que lhe são impostas. Esta relação é a mesma ocorrida em quase todas as esferas sociais, onde há um grupo que pensa e outros que executam, acirrando a divisão intelectual e manual do trabalho. Isto possibilita que profissionais de diversas áreas pensem e estabeleçam diretrizes para a educação, inclusive as agências internacionais que se apropriam deste espaço para poder difundir seus princípios, que são os princípios mercadológicos. (ABONIZIO; MEDEIROS; ROCHA, 2008, p. 10).

A formação dos professores é mais técnica, na qual o professor deve aprender os métodos e pô-los em prática, seguindo às diretrizes que o MEC propõe. Muitas vezes, por falta de conhecimentos teóricos sobre o que é imposto à educação e à prática do ensino, o professor não faz uma reflexão séria sobre o que o Ministério da Educação exige ou não ver outra saída para continuar atuando na área do que corresponder às exigências impostas.

Toda essa preocupação do MEC em relação à formação do professor está ligada aos interesses que os organismos internacionais têm na educação escolar e o

papel do professor se torna fundamental para os planos traçados pelo FMI, Banco Mundial, UNESCO e outros.

Notamos, portanto, que os interesses da elite no ensino de Língua Portuguesa como também no papel do professor da área não são em preparar cidadãos críticos e reflexíveis como os PCNEM dizem, mas em formar cidadãos de acordo com os moldes do mercado de trabalho.

6. OBSERVAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DAS PROPOSTAS DOS PCNEM NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Sabendo das exigências que o MEC tem em relação ao cumprimento das propostas contidas nos PCNEM sobre a gestão da escola, interdisciplinaridade, a aplicabilidade dos conteúdos de diferentes disciplinas, no nosso caso, Língua Portuguesa, o desenvolvimento das competências e habilidades cognitivas dos alunos, procuramos observar duas turmas do Ensino Médio, 1º e 3º anos, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Olívia Saraiva Maia da cidade de São José do Brejo do Cruz - PB para analisarmos de que forma as propostas citadas e as demais são postas em prática.

Quanto à estrutura da escola, observamos que ela funciona em um prédio pequeno, composto por apenas duas salas de aulas, uma cantina e uma secretaria. Dispondo de recursos como: mapas geográficos, carteiras para todos os alunos, quadro e pincel, televisão, aparelho de DVD, computador (não é utilizado), aparelho de som, livro didático para atender parte dos alunos.

Para um bom funcionamento e rendimento dos alunos, a instituição necessita de recursos materiais, tais como: diretoria, laboratório de informática, sala de vídeo, sala dos professores, sala de palestras, quadra de esporte, refeitório, data show e mais salas de aulas.

Libâneo; Oliveira e Toschi (2007, p. 303) falam que a escola precisa de

Estrutura organizacional e boa organização do processo de ensino e aprendizagem, que consigam motivar a maioria dos alunos a aprender [...]. Disponibilidade de condições físicas e materiais, de recursos didáticos, de biblioteca e outros, que propiciem aos alunos oportunidades concretas para aprender.

Se a escola não tiver uma boa estrutura, o ensino e o aprendizado dos alunos ficam comprometidos, com isso, os alunos sairão da escola com o desenvolvimento cognitivo a desejar. É importante que a escola disponibilize dos meios necessários para um bom aprendizado dos estudantes.

Continuando nossas observações, percebemos que na instituição existe apenas um professor concursado, os demais são contratados, inclusive o professor de Língua Portuguesa. Notamos também que os PCNEM e suas diretrizes passam

distantes de uma aplicabilidade direta na escola. Na referida escola, os aspectos que são mais comuns no que se refere à aprendizagem deixam muito a desejar.

O professor de Língua Portuguesa, formado na área, não tem conhecimento, segundo o docente, das diretrizes dos PCNEM e não há aplicabilidade destas em sala de aula.

Sobre os conteúdos da língua materna, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006, p. 18) falam que

As ações realizadas na disciplina Língua Portuguesa, no contexto do ensino médio, devem propiciar ao aluno o refinamento de habilidades de leituras e de escrita, de fala e de escuta. Isso implica tanto a ampliação contínua de saberes relativos à configuração, ao funcionamento e à circulação dos textos quanto ao desenvolvimento da capacidade de reflexão sistemática sobre a língua e a linguagem.

Há a preocupação no documento que sejam trabalhadas as habilidades que competem ao ensino da língua materna. Porém, nas aulas observadas, nas turmas dos 1º e 3º anos, não verificamos a prática dessas habilidades que o documento discute que devem ser aplicadas em sala de aula.

Libâneo; Oliveira e Toschi (2007, p. 302) afirmam que os docentes devem ser capacitados

[...] Que tenham clareza de seus objetivos e conteúdos, que façam planos de aula, que consigam cativar os alunos, que utilizem metodologia e procedimentos adequados à matéria e às condições de aprendizagem dos alunos, que façam avaliação contínua, prestando muita atenção nas dificuldades de cada aluno.

Um professor deve ter discernimento do que vai fazer em suas aulas, traçar os objetivos que ele deseja em cada aula e o que se espera dos alunos quando é aplicado o conteúdo ou a atividade.

Prosseguindo em nossas observações, percebemos que a turma do 1º ano está dividida em pequenos grupos de amizades, sendo que estes não têm interação uns com os outros. Dessa forma, não se vê posto em prática o terceiro pilar do conhecimento, que é o *aprender a viver juntos*, ditado no Relatório da UNESCO. Também notamos muita conversa durante as aulas, pouco interesse por parte dos alunos, tirando algumas exceções.

Durante as aulas, o professor debateu sobre as questões do ENEM e passou filmes sem que fossem cobradas atividades sobre eles. Não foi aplicado nenhum conteúdo de Língua Portuguesa.

Na segunda turma observada, 3º ano, verificamos o uso de aparelho celular por parte dos estudantes, como também algumas características semelhantes à turma do 1º ano: conversas e pouco interesse dos alunos. Os ciclos de amizade não existem e aparentemente, há uma interação na turma. Na aula, foram discutidas as questões do ENEM e nada mais do que isto.

Nas duas turmas, percebemos a ausência de aplicabilidade dos conteúdos de Língua Portuguesa tal como os PCNEM estabelecem e também pouco rendimento dos conhecimentos da língua materna dos alunos e a falta de um incentivo maior por parte da escola.

Os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (2002, p. 145) apontam as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas nas aulas de Língua Portuguesa:

Representação e comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes manifestações da linguagem verbal. • Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integração da organiza do mundo e da própria identidade. • Aplicar as tecnologias de comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes da vida.
Investigação e compreensão	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção, recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação e propagação das ideias e escolhas, tecnologias disponíveis). • Recuperar, pelo estudo de texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, o patrimônio representativo da cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial. • Articular as redes de diferenças e semelhanças entre

	língua oral e escrita e seus códigos sociais, contextuais e linguísticos.
Contextualização sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> • Considerar a Língua Portuguesa como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais e como representação simbólica de experiências humanas manifestas nas formas de sentir, pensar e agir na vida social. • Entender os impactos das tecnologias da comunicação, em especial da língua escrita, na vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Essas competências e habilidades, de acordo com o MEC, são consideradas relevantes para que sejam trabalhadas no ensino de Língua Portuguesa. Porém, nas turmas observadas, não foi verificada a aplicabilidade de nenhuma das competências estabelecidas no quadro anterior.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2002, p. 29, grifo do autor) falam que

O currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática, deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: **a vida em sociedade, a atividade produtiva e experiência subjetiva**, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.

Sobre essa questão, é importante que a escola utilize de estratégias para desenvolver nos alunos uma aprendizagem significativa. Porém, observamos que na instituição que realizamos a pesquisa, não existe uma motivação concreta para que o aluno tenha o desejo de desenvolver suas habilidades cognitivas.

Levando em consideração as observações, podemos notar que o ensino de Língua Portuguesa da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Olívia Saraiva Maia pode ser considerado tradicional na ótica do mercado de trabalho, pois este espera que os alunos do nível médio de ensino saiam competentes na leitura, escrita e oralidade, como também preparados para o mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visamos, através desta pesquisa, entender como a disciplina de Língua Portuguesa nos PCNEM e o Ensino Médio, na totalidade, estão sendo apreciados pelos organismos internacionais como uma forma de manipulação para atender aos seus interesses. Para realizarmos o nosso estudo, procuramos utilizar um acervo bibliográfico adequado e utilizamos o método qualitativo.

Discutimos sobre a origem dos Parâmetros Curriculares Nacionais à sua implementação, tentando entender os motivos que levaram os organismos internacionais a imporem aos países pobres, entre eles, o Brasil, a fazerem políticas de reajustes educacionais.

Sobre a elaboração do Relatório da UNESCO, tratamos de destacar os quatro pilares do conhecimento, abordando cada um deles. Esses pilares são considerados como as principais propostas desse relatório.

No capítulo sobre os interesses capitalistas nas mudanças curriculares da educação básica, mostramos o porquê que essa transformação curricular é considerada importante para o mercado de trabalho e para os organismos internacionais.

Quanto à leitura e à linguagem oral e escrita, elas vêm ganhando espaço no mercado de trabalho, visto que a exigência maior está sendo que o trabalhador seja competente, qualificado e atualizado, e para que alguém chegue a ser o trabalhador que o sistema produtivo almeja é necessário que seja um bom leitor e que tenha domínio na linguagem oral e escrita.

No que se refere ao ensino de Língua Portuguesa e a formação do professor desta área para a sociedade atual, falamos sobre as exigências que o MEC impõe ao ensino da língua materna, como também sobre o papel do docente nessa área de ensino.

E por último, discorreremos sobre as observações realizadas sobre a prática das propostas dos PCNEM em sala de aula, tentando notar de que forma a teoria dos PCNEM está sendo abordada na escola e nas aulas de Língua Portuguesa.

Por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, chegamos a conclusão que a educação escolar para deixar de ser um meio de controle usado por aqueles que concentram o poder em suas mãos é necessário que o governo brasileiro e o Ministério da Educação elaborem uma política educacional que valorize a cultura e

os valores de cada região ou povo, preparando os cidadãos para a vida social e não para atenderem aos interesses dos órgãos internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONIZIO; Nayad Pereira; MEDEIROS, Patrícia de; ROCHA, Vanessa Camargo. **Ideário Neoliberal**: suas implicações nos processos educativos e na formação de professores. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/nayadaboniziopatricia medeirosevanessarocha.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

ARAÚJO, Denise Lino de. PCN de Língua Portuguesa: há mudanças de paradigma no ensino de língua? **Revista de Letras**. [S.l.], v. 1/2, n. 23, p. 77 – 83, jan./dez. 2001. Disponível em: <www.revistadeletras.ufc.br/rl23Art14.pdf>. Acesso em: 04 out. 2012.

ARAÚJO, Eneida M. Erre et al. Políticas de Educação no Ensino Médio hoje: Projeto para a Emancipação ou Exploração do Capital? In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 5., 2011, São Luiz: UFMA, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCACAO/POLITICAS_DE_EDUCACAO_NO_ENSINO_MEDIO_HOJE.pdf>. Acesso em 09 set. 2012.

BACZINSKI, Alexandra V. de Moura. **As políticas educacionais brasileiras e a influência das teorias neoliberais**: fundantes de Philippe Perrenoud, Jacques Delors e César Coll. In: Simpósio Nacional de Educação, 1., 2008, Cascavel. XX Semana de Pedagogia. Cascavel: Unioeste, 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/5/Artigo%2017.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL, Ministério de Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares. Brasília: MEC, 1998a.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares do Ensino Médio**. Vol. 1. Brasília: MEC, 2006.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2002.

_____. **PCN+ Ensino Médio**: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Volume Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2002.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 18. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. *Resolução n. 2, de 20 de dezembro de 1996: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2012.

DEMO, Pedro. Sociedade Intensiva de Conhecimento e Aprendizagem. In: **Sociologia da Educação: Sociedade e suas oportunidades**. Brasília: Plano Editora, 2004, p. 47 – 98.

DRABACH, Neila Pedrotti; MIRANDA, Natália Pergher; MOUSQUER, Maria Elizabete L. **Globalização e educação: como ficam as políticas educacionais?** Disponível em: <<http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/012e5.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2012.

DUARTE, NEWTON. **Vigotski e o "aprender a aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001a.

_____. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **RBE - Revista Brasileira de Educação**. [S.l], n. 18, p. 35 – 40, set./out./nov./dez. 2001b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n18/n18a04.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2012.

FERREIRA, Norma S. de Almeida. **Ainda uma Leitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/alle/textos/NSAFAindaumaLeituradosPCNdeLinguaPort.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2012.

HADDAD, Cristhyane Ramos et al. Análise crítica do plano nacional da Educação. In: **Congresso Nacional de Educação**, 10., 2011, Curitiba: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO – SIRSSE. Curitiba: PUCPR, 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4204_2295.pdf>. Acesso em 19 out. 2012.

KLEIN, Jane Jordan. **Caderno de Língua Portuguesa Dom Alberto**. Santa Cruz do Sul: Faculdade Dom Alberto, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINS, Maria Lucia; NOMA, Amélia Kimiko. **Educação e Neoliberalismo: diálogo com o Relatório Jacques Delors e os PCNs**. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Gestao_e_politicas_educacionais/Trabalho/01_46_46_t885.pdf>. Acesso em: 19 out. 2012.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Referencias Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba**. Vol. 1. João Pessoa: [s.n], 2006.

RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria das D. Mendes; BARROSO, Maria C. da Silva. Os paradigmas educacionais dominantes na agenda dos organismos internacionais: uma análise à luz da crítica marxista. **REAC - Revista Eletrônica Arma da Crítica**. [S.l.], ano 1, v. 01, p. 78 – 94, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/jackcleide03.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2012.

VIEIRA, Vanize Aparecida M. de Andrade; SFORNI, Marta S. de Faria. O papel da Educação Escolar no Relatório Jacques Delors e nos Parâmetros Curriculares Nacionais. In: **Avaliação da aprendizagem conceitual: concepções, práticas e perspectivas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/cianorte/arquivos/File/PEDAGOGAS/CURRICULO/Educacao_Escolar_Marta_Sforni.pdf>. Acesso em 18 out. 2012.

ZANLORENSE, Maria Josélia; LIMA, Michelle Fernandes. **Uma análise histórica sobre a elaboração e divulgação dos PCN no Brasil**. Estado do Paraná: Unicamp, 2009. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../Ey4N6DD7.doc>. Acesso em: 04 out. 2012.

ANEXO

Questão 119

Sou feliz pelos amigos que tenho. Um deles muito sofre pelo meu descuido com o vernáculo. Por alguns anos ele simplesmente me enviava missivas eruditas com preciosas informações sobre as regras da gramática, que eu não respeitava, e sobre a grafia correta dos vocábulos, que eu ignorava. Fi-lo sofrer pelo uso errado que fiz de uma palavra num desses meus badulaques. Acontece que eu, acostumado a conversar com a gente das Minas Gerais, falei em “varreção” – do verbo “varrer”. De fato, trata-se de um equívoco que, num vestibular, poderia me valer uma reprovação. Pois o meu amigo, paladino da língua portuguesa, se deu ao trabalho de fazer um xerox da página 827 do dicionário, aquela que tem, no topo, a fotografia de uma “varroa” (sic!) (você não sabe o que é uma “vorroa”?) para corrigir-me do meu erro. E confesso: ele está certo. O certo é “varrição” e não “varreção”. E se eles rirem de mim não vai me adiantar mostrar-lhes o xerox da página do dicionário com a “varroa” no topo. Porque para eles não é o dicionário que faz a língua. É o povo. E o povo, lá nas montanhas de Minas Gerais, fala “varreção” quando não “barreção”. O que me deixa triste sobre esse amigo oculto é que nunca tenha dito nada sobre o que eu escrevo, se é bonito ou se é feio. Toma a minha sopa, não diz nada sobre ela, mas reclama sempre que o prato está rachado.

ALVES, R. **Mais badulaques**. São Paulo: Parábola, 2004 (fragmento)

De acordo com o texto, após receber a carta de um amigo “que se deu ao trabalho e fazer um xerox da página 827 do dicionário” sinalizando um erro de grafia, o autor reconhece

- a) a supremacia das formas da língua em relação ao seu conteúdo.
- b) a necessidade de norma padrão em situações formais de comunicação escrita.
- c) a obrigatoriedade da norma culta da língua, para a garantia de uma comunicação efetiva.
- d) a importância da variedade culta da língua, para a preservação da identidade cultural de um povo.

e) a necessidade do dicionário como guia de adequação linguística em contexto informais privados.